

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	9
DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	10

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	48
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	728.890.475
Preferenciais	151.762.555
Total	880.653.030
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	1
Total	1

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	04/04/2017	Dividendo	20/04/2017	Ordinária		0,00248
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	04/04/2017	Dividendo	20/04/2017	Preferencial	Preferencial Classe A	0,00273
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	04/04/2017	Dividendo	20/04/2017	Preferencial	Preferencial Classe B	0,00273
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	04/04/2017	Dividendo	20/04/2017	Preferencial	Preferencial Classe C	0,00273

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	8.868.556	9.237.502
1.01	Ativo Circulante	3.508.773	4.034.558
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.365.739	2.225.091
1.01.03	Contas a Receber	1.649.952	1.448.945
1.01.03.01	Clientes	1.649.952	1.448.945
1.01.04	Estoques	7.106	6.901
1.01.06	Tributos a Recuperar	84.847	80.112
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	84.847	80.112
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	401.129	273.509
1.01.08.03	Outros	401.129	273.509
1.01.08.03.01	Outros Créditos	259.630	248.416
1.01.08.03.02	Derivativos	141.499	25.093
1.02	Ativo Não Circulante	5.359.783	5.202.944
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.292.936	3.147.993
1.02.01.03	Contas a Receber	70.594	67.432
1.02.01.03.01	Clientes	70.594	67.432
1.02.01.06	Tributos Diferidos	321.635	310.120
1.02.01.06.02	Créditos Fiscais Diferidos	321.635	310.120
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.900.707	2.770.441
1.02.01.09.03	Derivativos	157.871	336.810
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	401.026	186.378
1.02.01.09.05	Tributos a compensar	107.451	102.791
1.02.01.09.07	Ativo Financeiro da Concessão	2.213.058	2.127.140
1.02.01.09.10	Outros créditos	21.301	17.322
1.02.04	Intangível	2.066.847	2.054.951
1.02.04.01	Intangíveis	2.066.847	2.054.951
1.02.04.01.02	Intangíveis	2.066.847	2.054.951

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	8.868.556	9.237.502
2.01	Passivo Circulante	4.130.253	2.897.966
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	42.574	39.576
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	42.574	39.576
2.01.01.02.01	Obrigações estimadas com pessoal	42.574	39.576
2.01.02	Fornecedores	896.330	1.212.307
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	896.330	1.212.307
2.01.03	Obrigações Fiscais	330.696	296.619
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	81.609	62.459
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	9.004	0
2.01.03.01.02	Programa de Integração Social - PIS	11.096	9.153
2.01.03.01.03	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	51.110	42.157
2.01.03.01.04	Outras obrigações Federais	10.399	11.149
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	247.870	232.658
2.01.03.02.01	Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	247.870	232.658
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.217	1.502
2.01.03.03.01	Outras obrigações Municipais	1.217	1.502
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.664.715	725.803
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.525.106	452.145
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	271.735	273.770
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.253.371	178.375
2.01.04.02	Debêntures	139.609	273.658
2.01.04.02.01	Debêntures	125.916	197.666
2.01.04.02.02	Encargos de Debêntures	13.693	75.992
2.01.05	Outras Obrigações	1.195.938	623.661
2.01.05.02	Outros	1.195.938	623.661
2.01.05.02.05	Passivo Financeiro Setorial	730.353	178.893
2.01.05.02.07	Outras Contas a Pagar	283.393	249.965
2.01.05.02.08	Taxas regulamentares	148.602	168.721
2.01.05.02.09	Entidade de Previdência Privada	33.590	26.082
2.02	Passivo Não Circulante	3.622.635	5.276.136
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.531.849	4.034.953
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.890.401	3.069.393
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	761.888	788.989
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.128.513	2.280.404
2.02.01.02	Debêntures	641.448	965.560
2.02.01.02.01	Debêntures	641.448	965.560
2.02.02	Outras Obrigações	879.586	1.030.104
2.02.02.02	Outros	879.586	1.030.104
2.02.02.02.04	Entidade de Previdência Privada	783.920	787.276
2.02.02.02.05	Derivativos	44.171	29.761
2.02.02.02.06	Passivo Financeiro Setorial	16.458	161.210
2.02.02.02.08	Outras Contas a Pagar	35.037	51.857
2.02.04	Provisões	211.200	211.079
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	211.200	211.079

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	83.797	77.666
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	53.727	56.070
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	67.814	68.924
2.02.04.01.05	Outros	5.862	8.419
2.03	Patrimônio Líquido	1.115.668	1.063.400
2.03.01	Capital Social Realizado	905.948	905.948
2.03.02	Reservas de Capital	196.667	196.667
2.03.04	Reservas de Lucros	483.321	469.694
2.03.04.01	Reserva Legal	34.941	34.941
2.03.04.02	Reserva Estatutária	336.494	322.867
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	2.228	2.228
2.03.04.10	Reserva de retenção de lucros para Investimento	109.658	109.658
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	38.641	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-508.909	-508.909

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.892.227	1.807.782
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.572.939	-1.449.398
3.02.01	Custo com Energia Elétrica	-1.240.578	-1.177.354
3.02.02	Custo de Operação	-181.953	-162.108
3.02.03	Custo do Serviço Prestado a Terceiros	-150.408	-109.936
3.03	Resultado Bruto	319.288	358.384
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-158.123	-151.892
3.04.01	Despesas com Vendas	-72.934	-71.310
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-82.592	-80.371
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.597	-211
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	161.165	206.492
3.06	Resultado Financeiro	-72.602	-40.489
3.06.01	Receitas Financeiras	90.853	125.043
3.06.02	Despesas Financeiras	-163.455	-165.532
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	88.563	166.003
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-36.295	-61.708
3.08.01	Corrente	-47.810	-96.370
3.08.02	Diferido	11.515	34.662
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	52.268	104.295
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	52.268	104.295
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,05835	0,11642
3.99.02.02	PNA	0,06418	0,12807
3.99.02.03	PNB	0,06418	0,12807
3.99.02.04	PNC	0,06418	0,12807

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	52.268	104.295
4.03	Resultado Abrangente do Período	52.268	104.295

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-219.226	165.110
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	336.526	370.471
6.01.01.01	Lucro Líquido antes da CSLL e IRPJ	88.563	166.003
6.01.01.02	Amortização	56.356	52.370
6.01.01.03	Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	20.374	43.723
6.01.01.04	Encarg Dívidas e Atualizações Monetárias e Cambiais	127.070	68.785
6.01.01.05	Perda com Plano de Pensão	21.125	13.062
6.01.01.06	Perdas na Baixa de Ativo Não Circulante	2.627	218
6.01.01.07	PIS e COFINS Diferidos	0	2.101
6.01.01.08	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	20.411	24.209
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-555.752	-205.361
6.01.02.01	Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	-224.391	-325.936
6.01.02.03	Tributos a Compensar	-9.395	-14.486
6.01.02.04	Depósitos Judiciais	-207.315	744.706
6.01.02.05	Contas a Receber Eletrobrás - Aporte CDE	-13.792	-82.039
6.01.02.06	Ativo Financeiro Setorial	20.486	555.699
6.01.02.10	Outros Ativos Operacionais	-50.031	-15.907
6.01.02.11	Fornecedores	-315.976	-739.738
6.01.02.12	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-38.806	-8.677
6.01.02.13	Outros Tributos e Contribuição e Sociais	25.075	-95.545
6.01.02.14	Outras obrigações com entidade de previdência privada	-16.975	-15.935
6.01.02.15	Encargos de Dívidas e Debêntures Pagos	-118.619	-122.322
6.01.02.16	Taxas Regulamentares	-20.119	-90.253
6.01.02.17	Riscos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	-24.755	-51.953
6.01.02.18	Passivo financeiro setorial	371.723	58.520
6.01.02.19	Contas a pagar - CDE	-2.430	-22.985
6.01.02.20	Outros Passivos Operacionais	69.568	21.490
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-136.406	-102.531
6.02.01	Títulos e Valores Mobiliários, Cauções e Depósitos Vinculados	626	-1.315
6.02.03	Adições de Intangível	-137.032	-101.216
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-503.720	-369.275
6.03.01	Captação de Empréstimos e Debêntures	0	26.421
6.03.02	Amortização de Principal de Empréstimos e Debêntures	-440.736	-32.761
6.03.03	Liquidação de operações com derivativos	-62.984	-62.935
6.03.04	Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Pagos	0	-300.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-859.352	-306.696
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.225.091	2.169.504
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.365.739	1.862.808

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	905.948	196.667	469.694	0	-508.909	1.063.400
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	905.948	196.667	469.694	0	-508.909	1.063.400
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	52.268	0	52.268
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	52.268	0	52.268
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	13.627	-13.627	0	0
5.06.04	Movimentação da reserva estatutária no período	0	0	13.627	-13.627	0	0
5.07	Saldos Finais	905.948	196.667	483.321	38.641	-508.909	1.115.668

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	880.653	221.962	498.021	0	-248.243	1.352.393
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	880.653	221.962	498.021	0	-248.243	1.352.393
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	104.295	0	104.295
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	104.295	0	104.295
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	27.583	-27.583	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	27.583	-27.583	0	0
5.07	Saldos Finais	880.653	221.962	525.604	76.712	-248.243	1.456.688

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
7.01	Receitas	3.185.957	3.402.078
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.056.425	3.316.645
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	149.943	109.642
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-20.411	-24.209
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.684.522	-1.557.872
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.387.985	-1.308.710
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-296.537	-249.162
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.501.435	1.844.206
7.04	Retenções	-56.356	-52.428
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-56.356	-52.428
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.445.079	1.791.778
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	95.728	135.008
7.06.02	Receitas Financeiras	95.728	135.008
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.540.807	1.926.786
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.540.807	1.926.786
7.08.01	Pessoal	113.441	96.402
7.08.01.01	Remuneração Direta	56.613	50.864
7.08.01.02	Benefícios	52.015	40.700
7.08.01.03	F.G.T.S.	4.813	4.838
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.210.941	1.559.653
7.08.02.01	Federais	616.759	918.081
7.08.02.02	Estaduais	592.872	640.422
7.08.02.03	Municipais	1.310	1.150
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	164.157	166.436
7.08.03.01	Juros	163.531	165.864
7.08.03.02	Aluguéis	626	572
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	52.268	104.295
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	52.268	104.295

Comentário do Desempenho

Análise de Resultados – CPFL Paulista

Este comentário de desempenho está expresso em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma.

	1º Trimestre		Variação
	2017	2016 Reapresentado (*)	
Receita operacional	3.206.368	3.426.287	-6,4%
Fornecimento de energia elétrica (*)	2.869.099	3.128.553	-8,3%
Suprimento de energia elétrica	102.703	49.723	106,5%
Receita de construção de infraestrutura da concessão	149.943	109.642	36,8%
Outras receitas operacionais	476.661	438.775	8,6%
Ativo e passivo financeiro setorial	(392.038)	(300.406)	30,5%
Deduções da receita operacional	(1.314.141)	(1.618.505)	-18,8%
Receita operacional líquida	1.892.227	1.807.782	4,7%
Custo com energia elétrica	(1.240.578)	(1.177.354)	5,4%
Energia comprada para revenda	(1.177.705)	(997.649)	18,0%
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	(62.873)	(179.705)	-65,0%
Custo e Despesa operacional	(490.483)	(423.936)	15,7%
Pessoal	(96.813)	(89.600)	8,0%
Entidade de previdência privada	(21.125)	(13.062)	61,7%
Material	(16.258)	(15.779)	3,0%
Serviço de terceiros	(85.924)	(73.197)	17,4%
Amortização	(56.209)	(52.370)	7,3%
Custo de construção de infraestrutura da concessão	(149.943)	(109.642)	36,8%
Outros	(64.211)	(70.285)	-8,6%
Resultado do serviço	161.165	206.492	-22,0%
Resultado financeiro	(72.602)	(40.489)	79,3%
Receitas financeiras	90.853	125.043	-27,3%
Despesas financeiras	(163.455)	(165.532)	-1,3%
Resultado antes dos tributos	88.563	166.003	-46,6%
Contribuição social	(9.750)	(16.688)	-41,6%
Imposto de renda	(26.545)	(45.020)	-41,0%
Resultado líquido do período	52.268	104.295	-49,9%
EBITDA	217.374	258.863	-16,0%

(*) Contempla os efeitos da nota explicativa nº 2.6

(**) Para efeito de apresentação do comentário de desempenho não foi realizada a reclassificação de receita pela disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo - TUSD - (nota 23)

Receita operacional bruta

A receita operacional bruta no 1º trimestre de 2017 foi de R\$ 3.206.368, apresentando redução de 6,4% (R\$ 219.919) quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Desconsiderando a receita de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado, devido ao custo correspondente no mesmo valor), a receita operacional bruta seria de R\$ 3.056.425, apresentando uma redução de 7,8% (R\$ 260.220) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os principais fatores que contribuíram para esta variação foram:

- i. **Fornecimento de energia elétrica:** redução de 8,3% (R\$ 259.455), principalmente pela redução de: (i) 1,04% na tarifa média sendo: (a) impacto de -5,8% decorrente da aplicação da bandeira tarifária vermelha nos meses de janeiro e fevereiro e amarela em março de 2016, e verde nos meses de janeiro e fevereiro e amarela em março de 2017, (b) -3,59% pelos efeitos da variação da alíquota efetiva, compensados parcialmente por: (c) reajuste tarifário de abril de 2016 de +7,55% (percepção do consumidor); (ii) 7,3% no volume de energia vendida (considerando a quantidade de energia da receita não faturada).

Comentário do Desempenho

- ii. **Suprimento de energia elétrica:** aumento de 106,5% (R\$ 52.980), principalmente pelo volume de energia elétrica comercializada no curto prazo, compensado parcialmente pelas recontabilizações de operações realizadas na CCEE de períodos anteriores.
- iii. **Outras receitas operacionais:** aumento de 8,6% (R\$ 37.887) basicamente pelos aumentos em: (i) subvenções baixa renda e descontos tarifários com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE") (R\$ 38.349) e (ii) receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD (R\$ 22.513) em função principalmente do reajuste tarifário e migração de clientes livres para o ambiente de contratação livre, compensados pelas reduções em: (iii) atualização do ativo financeiro da concessão (R\$ 21.205) e (iv) outras receitas e rendas (R\$ 1.771).
- iv. **Ativo e passivo financeiro setorial:** aumento de despesa de 30,5% (R\$ 91.632) principalmente: (i) diferimento do custo de energia e Encargo de Serviço do Sistema e CDE, Neutralidade e Sobrecontratação, associado a (ii) amortização dos ativos e passivos homologados.

Quantidade de energia vendida

No 1º trimestre de 2017, a quantidade de energia faturada para consumidores cativos no período, incluindo outras concessionárias e permissionárias, foi menor em 5,4% quando comparada com o mesmo trimestre do ano anterior.

O consumo da classe residencial, que representa 45,7% do mercado total fornecido pela distribuidora, registrou crescimento de 1,3% no 1º trimestre de 2017 em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse resultado reflete o crescimento vegetativo, apesar da queda na massa de renda observada no período.

A classe comercial, que representa 22,2% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou queda de 12,4% no 1º trimestre de 2017 em relação ao mesmo período do ano anterior. O resultado reflete em parte o comportamento dos indicadores massa de renda e vendas do comércio, bem como o efeito de movimentação de clientes para o mercado livre.

A classe industrial, que representa 13,1% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou queda de 22,2% no 1º trimestre de 2017 em relação ao mesmo período do ano anterior. Este desempenho é consequência direta do fraco resultado da atividade industrial em conjunto com a movimentação de clientes para o mercado livre.

As demais classes de consumo (rural, poder público, iluminação pública, serviço público e outras concessionárias e permissionárias) participam com 19,0% do mercado total fornecido pelas distribuidoras. Estas classes apresentaram crescimento de 3,4% no 1º trimestre de 2017 em relação ao mesmo período do ano anterior. O resultado reflete o aumento do consumo da classe rural, influenciado pelo índice pluviométrico menor no mês de março de 2017 em comparação com o mesmo mês no ano anterior.

Em relação à quantidade de energia vendida e transportada na área de concessão, que impacta tanto o fornecimento faturado (mercado cativo) como a cobrança da TUSD (mercado livre), houve crescimento de 0,5% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. A variação por classe apresenta um crescimento na classe residencial de 1,3%, redução de 1,4% na classe comercial e na industrial de 0,6%. As demais classes de consumo apresentaram um crescimento de 3,9%.

Deduções da receita operacional

As deduções da receita operacional no 1º trimestre de 2017 foram de R\$ 1.314.141 apresentando redução de 18,8% (R\$ 304.364) em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente pelas reduções: (i) bandeiras tarifárias (R\$ 174.375), (ii) ICMS (R\$ 47.598); (iii) PIS e COFINS (R\$ 24.593); (iv) CDE (R\$ 67.242), compensados parcialmente pelo aumento em: (v) PROINFA (R\$ 8.717).

Custo com energia elétrica

No 1º trimestre de 2017 o custo com energia elétrica foi de R\$ 1.240.578 apresentando um aumento de 5,4% (R\$ 63.225) em relação ao mesmo período do ano anterior. A variação deve-se basicamente:

- i. **Energia comprada para revenda**

Comentário do Desempenho

O custo com energia comprada para revenda foi de R\$ 1.177.705 apresentando aumento de 18,0% (R\$ 180.056) em função: (i) dos aumentos de 14,0% no preço médio, justificado principalmente pelo preço de liquidação de diferenças ("PLD") compensado pela redução no preço médio das compras de Itaipu em função do dólar, compensados parcialmente pelo (ii) ressarcimento de geradoras (R\$ 29.097); (iii) redução de 3,6% no volume de energia comprada e (iv) crédito de PIS e COFINS (R\$ 18.352).

ii. Encargos do uso do sistema de distribuição

Os encargos de uso do sistema de distribuição foram de R\$ 62.873, apresentando redução de 65,0% (R\$ 116.831), impactado principalmente pelo: (i) Encargo de Serviço do Sistema (R\$ 112.470); (ii) Encargo de Energia de Reserva (EER) (R\$ 16.255) e (iii) encargo de rede básica (R\$ 1.023), compensados parcialmente por: (iv) crédito de PIS e COFINS (R\$ 11.908).

Custo e despesa operacional

Os custos e despesas operacionais atingiram R\$ 490.483 no 1º trimestre de 2017, apresentando um aumento de 15,7% (R\$ 66.548) quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Desconsiderando o custo de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado), os custos e despesas operacionais seriam de R\$ 340.541, apresentando aumento de 8,4% (R\$ 26.247).

Os principais efeitos nesse grupo devem-se principalmente a:

➤ Despesas operacionais gerenciáveis

São representadas pelos custos com pessoal, entidade de previdência privada, material, serviços de terceiros e outros, que totalizaram o montante de R\$ 284.331 neste trimestre, um aumento de 8,6% (R\$ 22.407) em relação ao mesmo período do ano anterior. Esta variação deve-se principalmente aos seguintes fatores:

- i. **Pessoal:** aumento de 8,0% (R\$ 7.213), principalmente pelos efeitos do acordo coletivo de trabalho.
- ii. **Entidade de previdência privada:** aumento de 61,7% (R\$ 8.063), pelos registros dos impactos do laudo atuarial do período 2017.
- iii. **Serviços de terceiros:** aumento de 17,4% (R\$ 12.727), principalmente em: (i) manutenção de linhas e redes (R\$ 3.041); (ii) serviços de leitura/entrega de contas de energia (R\$ 2.026); (iii) call center (R\$ 1.470); (iv) serviços terceirizados (R\$ 4.293) e (v) serviços de reflorestamento em usinas (R\$ 1.224).
- iv. **Outros:** redução de 8,6% (R\$ 6.074), principalmente em: (i) despesas legais, judiciais e indenizações (R\$ 7.896) e (ii) provisão para créditos de liquidação duvidosa (R\$ 3.798), compensados parcialmente por: (iii) redução na recuperação de despesas (R\$ 898); (iv) perdas na alienação, desativação e outros de ativo não circulante (R\$ 3.759).

Amortização

Aumento de despesa de amortização de 7,3% (R\$ 3.839), basicamente em função do incremento de investimentos na base do ativo intangível.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido neste trimestre apresentou uma despesa de R\$ 72.602, um aumento de 79,3% (R\$ 32.113) em relação ao mesmo período do ano anterior.

- i. **Receitas financeiras:** redução de 27,3% (R\$ 34.190), devido principalmente: (i) rendimentos de aplicação financeira (R\$ 9.796) e (ii) atualização dos ativos financeiros setoriais (R\$ 26.153).

Comentário do Desempenho

- ii. **Despesas financeiras:** redução de 1,3% (R\$ 2.077), principalmente pelas reduções: (i) encargos e atualizações monetárias e cambiais sobre empréstimos, debêntures e derivativos (R\$ 9.746); (ii) atualização de subsídios concedidos a consumidores (R\$ 4.392); (iii) variação cambial de Itaipu (R\$ 2.753), compensados pelo aumento em: (iv) atualização dos passivos financeiros setoriais (R\$ 14.499).

Contribuição Social e Imposto de Renda

A tributação sobre o lucro relativo à contribuição social e imposto de renda apurado neste trimestre foram de R\$ 36.295, apresentando uma redução de 41,2% (R\$ 25.413) quando comparado com o mesmo período do ano anterior, refletindo a base tributável do período.

Resultado líquido do período e EBITDA

Com base nos fatores expostos, a Companhia apresentou neste trimestre um lucro líquido de R\$ 52.268, com redução de R\$ 49,9% (R\$ 52.027), em relação ao lucro apurado no mesmo período do ano anterior.

O EBITDA (resultado líquido do período, excluindo os efeitos da amortização, resultado financeiro, contribuição social e imposto de renda) neste trimestre foi de R\$ 217.374, apresentando uma redução de 16,0% (R\$ 41.489) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Notas Explicativas

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA LUZ
Balanços patrimoniais em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016
 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	31/03/2017	31/12/2016
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.365.739	2.225.091
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	1.649.952	1.448.945
Tributos a compensar	7	84.847	80.112
Derivativos	29	141.499	25.093
Estoques		7.106	6.901
Outros créditos	11	259.630	248.416
Total do circulante		3.508.774	4.034.557
Não circulante			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	70.594	67.432
Depósitos judiciais	19	401.026	186.378
Tributos a compensar	7	107.451	102.791
Derivativos	29	157.871	336.810
Créditos fiscais diferidos	9	321.635	310.120
Ativo financeiro da concessão	10	2.213.058	2.127.140
Outros créditos	11	21.301	17.322
Intangível	12	2.066.847	2.054.951
Total do não circulante		5.359.783	5.202.944
Total do ativo		8.868.556	9.237.502

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA LUZ
Balanços patrimoniais em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016
 (Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/03/2017	31/12/2016
Circulante			
Fornecedores	13	896.331	1.212.307
Encargos de dívidas	14	45.146	43.495
Encargos de debêntures	15	13.693	75.992
Empréstimos e financiamentos	14	1.479.959	408.652
Debêntures	15	125.916	197.666
Entidade de previdência privada	16	33.590	26.082
Taxas regulamentares	17	148.602	168.721
Impostos, taxas e contribuições	18	330.697	296.618
Obrigações estimadas com pessoal		42.574	39.576
Passivo financeiro setorial	8	730.353	178.893
Outras contas a pagar	20	283.393	249.963
Total do circulante		4.130.253	2.897.966
Não circulante			
Encargos de dívidas	14	106.890	97.803
Empréstimos e financiamentos	14	1.783.511	2.971.590
Debêntures	15	641.448	965.560
Entidade de previdência privada	16	783.920	787.276
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	19	211.200	211.079
Derivativos	29	44.171	29.761
Passivo financeiro setorial	8	16.458	161.210
Outras contas a pagar	20	35.038	51.858
Total do não circulante		3.622.635	5.276.136
Patrimônio líquido			
	21		
Capital social		905.948	905.948
Reserva de capital		196.667	196.667
Reserva legal		34.941	34.941
Reserva de retenção de lucros para investimento		109.658	109.658
Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão		336.494	322.867
Dividendo		2.228	2.228
Resultado abrangente acumulado		(508.909)	(508.909)
Lucros acumulados		38.641	-
Total do patrimônio líquido		1.115.668	1.063.400
Total do passivo e do patrimônio líquido		8.868.556	9.237.502

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA LUZ
Demonstrações dos resultados para os períodos findos em 31 de março de 2017 e 2016
 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>1º Trimestre 2017</u>	<u>1º Trimestre 2016 (Reapresentado*)</u>
Receita operacional líquida	23	1.892.227	1.807.782
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica	24	(1.240.578)	(1.177.354)
Custo de operação	25	(181.953)	(162.108)
Custo do serviço prestado a terceiros	25	(150.408)	(109.936)
Lucro operacional bruto	25	<u>319.288</u>	<u>358.384</u>
Despesas operacionais			
Despesas com vendas		(72.934)	(71.310)
Despesas gerais e administrativas		(82.592)	(80.371)
Outras despesas operacionais		(2.596)	(210)
Resultado do serviço		<u>161.165</u>	<u>206.492</u>
Resultado financeiro	26		
Receitas financeiras		90.853	125.043
Despesas financeiras		(163.455)	(165.532)
		<u>(72.602)</u>	<u>(40.489)</u>
Lucro antes dos tributos		88.563	166.003
Contribuição social	9	(9.750)	(16.688)
Imposto de renda	9	(26.545)	(45.020)
		<u>(36.295)</u>	<u>(61.708)</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>52.268</u></u>	<u><u>104.295</u></u>
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária - R\$	22	0,06	0,12
Lucro líquido básico e diluído por ação preferencial - R\$	22	0,06	0,13

(*) Contempla os efeitos da nota explicativa 2.6

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ
Demonstrações dos resultados abrangentes para os períodos findos em 31 de março de 2017 e 2016
 (Em milhares de reais)

	1º Trimestre 2017	1º Trimestre 2016
Lucro líquido do período	52.268	104.295
Resultado abrangente do período	52.268	104.295

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ

Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o período findo em 31 de março de 2017
 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros			Dividendo	Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros para investimento	Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão				
Saldos em 31 de dezembro de 2016	905.948	196.667	34.941	109.658	322.867	2.228	(508.909)	-	1.063.400
Resultado abrangente total									
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	52.268	52.268
Mutações internas do patrimônio líquido									
Movimentação da reserva estatutária no período	-	-	-	-	13.627	-	-	(13.627)	-
Saldos em 31 de março de 2017	905.948	196.667	34.941	109.658	336.494	2.228	(508.909)	38.641	1.115.668

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ

Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o período findo em 31 de março de 2016.
 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros			Dividendo	Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros para investimento	Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão				
Saldos em 31 de dezembro de 2015	880.653	221.962	22.175	109.658	245.742	120.446	(248.243)	-	1.352.393
Resultado abrangente total									
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	104.295	104.295
Mutações internas do patrimônio líquido									
Movimentação da reserva estatutária no período	-	-	-	-	27.583	-	-	(27.583)	-
Saldos em 31 de março de 2016	880.653	221.962	22.175	109.658	273.325	120.446	(248.243)	76.712	1.456.688

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ
Demonstrações dos fluxos de caixa para os períodos findos em 31 de março de 2017 e 2016
 (Em milhares de reais)

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Lucro antes dos tributos	88.563	166.003
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Amortização	56.356	52.370
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	20.374	43.723
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	20.411	24.209
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	127.070	68.785
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	21.125	13.062
Perda (ganho) na baixa de não circulante	2.627	218
PIS e COFINS diferidos	-	2.101
	<u>336.526</u>	<u>370.471</u>
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(224.391)	(325.936)
Tributos a compensar	(9.395)	(14.486)
Depósitos judiciais	(207.315)	744.706
Ativo financeiro setorial	20.486	555.699
Contas a receber - Eletrobrás	(13.792)	(82.039)
Outros ativos operacionais	(50.031)	(15.907)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(315.976)	(739.738)
Outros tributos e contribuições sociais	25.075	(95.545)
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(16.975)	(15.935)
Taxas regulamentares	(20.119)	(90.253)
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(24.755)	(51.953)
Passivo financeiro setorial	371.723	58.520
Contas a pagar - CDE	(2.430)	(22.985)
Outros passivos operacionais	69.568	21.490
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	(61.801)	296.109
Encargos de dívida e debêntures pagos	(118.619)	(122.322)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(38.806)	(8.677)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(219.226)	165.110
Atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados	626	(1.315)
Adições de intangível	(137.032)	(101.216)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	(136.406)	(102.531)
Atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e debêntures	-	26.421
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(440.736)	(32.761)
Liquidação de operações com derivativos	(62.984)	(62.935)
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	-	(300.000)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	(503.720)	(369.275)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(859.352)	(306.696)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	2.225.091	2.169.504
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	1.365.739	1.862.808

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ
Demonstrações do valor adicionado para os períodos findos em
31 de março de 2017 e 2016
 (Em milhares de reais)

	1º trimestre 2017	1º Trimestre 2016 (Reapresentado*)
1 - Receita	3.185.957	3.402.078
1.1 Receita de venda de energia e serviços	3.056.425	3.316.645
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	149.943	109.642
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(20.411)	(24.209)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(1.684.521)	(1.557.872)
2.1 Custo com energia elétrica	(1.387.985)	(1.308.710)
2.2 Material	(107.656)	(83.141)
2.3 Serviços de terceiros	(129.932)	(105.175)
2.4 Outros	(58.948)	(60.845)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	1.501.435	1.844.206
4 - Retenções	(56.356)	(52.428)
4.1 Amortização	(56.356)	(52.428)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	1.445.079	1.791.778
6 - Valor adicionado recebido em transferência	95.728	135.008
6.1 Receitas financeiras	95.728	135.008
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	1.540.807	1.926.786
8 - Distribuição do valor adicionado		
8.1 Pessoal e Encargos	113.441	96.402
8.1.1 Remuneração direta	56.613	50.864
8.1.2 Benefícios	52.015	40.700
8.1.3 F.G.T.S.	4.813	4.838
8.2 Impostos, taxas e contribuições	1.210.941	1.559.654
8.2.1 Federais	616.759	918.082
8.2.2 Estaduais	592.872	640.422
8.2.3 Municipais	1.310	1.150
8.3 Remuneração de capital de terceiros	164.157	166.436
8.3.1 Juros	163.531	165.864
8.3.2 Aluguéis	626	572
8.4 Remuneração de capital próprio	52.268	104.295
8.4.1 Lucros retidos	52.268	104.295
	1.540.807	1.926.786

(*) Contempla os efeitos da nota explicativa 2.6.

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Paulista de Força e Luz (“CPFL Paulista” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rodovia Engenheiro Miguel Noel Nascentes Burnier, 1755 - Km 2,5, CEP 13088-140 – Parque São Quirino - Campinas – São Paulo.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos, até 20 de novembro de 2027, podendo este ser prorrogado por no máximo igual período.

A área de concessão da Companhia contempla 234 municípios do interior do Estado de São Paulo. Entre os principais estão Campinas, Ribeirão Preto, Bauru e São José do Rio Preto, atendendo a aproximadamente 4,3 milhões de consumidores (informações não revisadas pelos auditores independentes).

Capital circulante líquido negativo

Em 31 de março de 2017, a Companhia apresentou nas informações contábeis intermediárias o capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 621.479, o que está dentro dos planos de redução nos custos das dívidas da Companhia. Adicionalmente a Companhia tem histórico de lucros, bem como projeção de lucratividade e geração de caixa, o que suporta e viabiliza o plano de renegociação para redução nos custos da dívida da Companhia.

(2) APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

2.1 Base de preparação

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e também com base nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – (CVM), aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas e critérios contábeis adotados no preparo dessas informações contábeis intermediárias estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016 e, portanto, devem ser analisadas em conjunto.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a emissão destas informações contábeis intermediárias foi dada pela Administração em 4 de maio de 2017.

2.2 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo, ii) instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, e iii) ativos financeiros disponíveis para venda mensurados ao valor justo. A classificação da mensuração do valor justo

Notas Explicativas

nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 29 de Instrumentos Financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 6 - Consumidores, concessionárias e permissionárias;
- Nota 9 – Créditos fiscais diferidos;
- Nota 10 – Ativo financeiro da concessão;
- Nota 12 – Intangível e redução ao valor recuperável;
- Nota 16 – Entidade de previdência privada;
- Nota 19 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais;
- Nota 23 – Receita operacional líquida; e
- Nota 29 – Instrumentos financeiros.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação:

A moeda funcional da Companhia é o Real e as informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Demonstração do valor adicionado:

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.6 Reapresentações nas informações contábeis intermediárias do primeiro trimestre de 2016

Conforme mencionado na nota 2.6 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016, a Companhia, objetivando a melhor apresentação de seu desempenho operacional e financeiro concluiu que o ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão, anteriormente apresentado na rubrica de receita financeira, no resultado financeiro, deve ser mais adequadamente classificado no grupo de receitas operacionais, juntamente com as demais receitas relacionadas com a sua atividade fim. Esta alocação reflete de forma mais acurada o modelo de negócio de distribuição de energia elétrica e propicia uma melhor apresentação quanto ao seu desempenho.

Em atendimento as orientações do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Companhia alterou sua política contábil anteriormente adotada por uma política contábil que melhor reflete o desempenho dos negócios da Companhia (pelos argumentos acima mencionados) e, portanto, procedeu as reclassificações de forma retrospectiva em suas informações correspondentes apresentadas para fins comparativos correspondentes às demonstrações do resultado e do valor adicionado, em relação à aquelas originalmente emitidas em 29 de abril de 2016.

Notas Explicativas

As reclassificações efetuadas não alteram o total dos ativos, o patrimônio líquido e o lucro líquido, nem a demonstração do fluxo de caixa.

As demonstrações do resultado e do valor adicionado, para fins de comparabilidade, estão apresentadas a seguir:

- Demonstração do resultado do período

	1º Trimestre 2016	Reclassificações	1º Trimestre 2016 (Reapresentado*)
Receita operacional líquida	1.765.930	41.852	1.807.782
Custo do serviço de energia elétrica			-
Custo com energia elétrica	(1.177.354)		(1.177.354)
Custo de operação	(162.108)		(162.108)
Custo do serviço prestado a terceiros	(109.936)		(109.936)
Lucro operacional bruto	316.532	41.852	358.384
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	(71.310)		(71.310)
Despesas gerais e administrativas	(80.371)		(80.371)
Outras despesas operacionais	(210)		(210)
Resultado do serviço	164.640	41.852	206.492
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	170.220	(45.177)	125.043
Despesas financeiras	(168.857)	3.325	(165.532)
	1.363	(41.852)	(40.489)
Lucro antes dos tributos	166.003	-	166.003
Contribuição social	(16.688)		(16.688)
Imposto de renda	(45.020)		(45.020)
	(61.708)	-	(61.708)
Lucro líquido do exercício	104.295	-	104.295

Notas Explicativas

- Demonstração do Valor adicionado do período

	<u>1º Trimestre 2016</u>	<u>Reclassificações</u>	<u>1º Trimestre 2016 (Reapresentado)</u>
1 - Receita	3.360.226	41.852	3.402.078
1.1 Receita de venda de energia e serviços	3.274.793	41.852	3.316.645
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	109.642	-	109.642
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(24.209)	-	(24.209)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(1.557.872)	-	(1.557.872)
2.1 Custo com energia elétrica	(1.308.710)	-	(1.308.710)
2.2 Material	(83.141)	-	(83.141)
2.3 Serviços de terceiros	(105.175)	-	(105.175)
2.4 Outros	(60.845)	-	(60.845)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	1.802.355	41.852	1.844.206
4 - Retenções	(52.428)	-	(52.428)
4.1 Amortização	(52.428)	-	(52.428)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	1.749.926	41.852	1.791.778
6 - Valor adicionado recebido em transferência	180.186	(45.177)	135.008
6.1 Receitas financeiras	180.186	(45.177)	135.008
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	1.930.112	(3.325)	1.926.786
8 - Distribuição do valor adicionado			
8.1 Pessoal e encargos	96.402	-	96.402
8.2 Impostos, taxas e contribuições	1.559.654	-	1.559.654
8.3 Remuneração de capital de terceiros	169.761	(3.325)	166.436
8.3.1 Juros	169.189	(3.325)	165.864
8.3.2 Aluguéis	572	-	572
8.4 Remuneração de capital próprio	104.295	-	104.295
	1.930.112	(3.325)	1.926.786

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base nas mesmas políticas contábeis descritas nas notas explicativas 3.1 a 3.14, divulgadas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Desta forma, a Companhia determina o valor justo conforme CPC 46, o qual define o valor justo como a estimativa de preço pelo qual uma transação não forçada para a venda do ativo ou para a transferência do passivo ocorreria entre participantes do mercado sob condições atuais de mercado na data de mensuração.

- Instrumentos financeiros

Notas Explicativas

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da BM&FBOVESPA S.A. e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 29) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

Os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda referem-se ao direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos da Companhia, ao final do seu prazo de concessão. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária da Companhia. Este processo, realizado a cada cinco anos, consiste na avaliação ao preço de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador ("ANEEL"). Esta base de avaliação é utilizada para precificação da tarifa que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar a base original ao respectivo valor atualizado nas datas subsequentes, em consonância com o processo de revisão tarifária.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Saldos bancários	9.463	29.890
Aplicações financeiras	<u>1.356.276</u>	<u>2.195.201</u>
Aplicação de curtíssimo prazo (a)	3.804	9.136
Certificado de depósito bancário (b)	963.403	966.864
Fundos de investimento (c)	<u>389.069</u>	<u>1.219.201</u>
Total	<u><u>1.365.739</u></u>	<u><u>2.225.091</u></u>

a) Saldos bancários disponíveis em conta corrente, que são remunerados diariamente através de uma aplicação em operações compromissadas com lastro em debêntures e remuneração de 15% da variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

b) Corresponde a operações de curto prazo em CDB's e debêntures compromissadas realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 101,6% do CDI.

c) Representa valores aplicados em Fundos Exclusivos, com liquidez diária e remuneração equivalente, na média, a 99,7% do CDI, tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI lastreadas em títulos públicos federais, CDB's, letras financeiras e debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito e vencimento de curto prazo.

Notas Explicativas**(6) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS**

	Saldos vencidos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	31/03/2017	31/12/2016
Circulante					
Classes de consumidores					
Residencial	297.373	227.458	41.850	566.681	432.434
Industrial	53.465	34.664	50.036	138.165	126.527
Comercial	107.967	46.599	24.948	179.514	132.082
Rural	21.817	5.631	2.093	29.540	28.533
Poder público	36.474	4.923	6.328	47.724	54.280
Iluminação pública	26.816	2.717	1.802	31.335	31.540
Serviço público	42.375	3.433	4.238	50.046	58.189
Faturado	586.287	325.425	131.295	1.043.005	863.585
Não faturado	539.906	-	-	539.906	538.714
Parcelamento de débito de consumidores	71.143	7.660	15.673	94.477	77.290
Operações realizadas na CCEE	72.794	-	-	72.794	60.980
Concessionárias e permissionárias	4.300	-	-	4.300	3.130
	1.274.430	333.085	146.968	1.754.482	1.543.699
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(104.530)	(94.755)
Total				1.649.952	1.448.945
Não circulante					
Parcelamento de débito de consumidores	74.851	-	-	74.851	71.371
Operações realizadas na CCEE	5.003	-	-	5.003	5.003
	79.854	-	-	79.854	76.374
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(9.260)	(8.942)
Total				70.594	67.432

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PDD”)

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros créditos (nota 11)	Total
Saldo em 31/12/2016	(103.697)	(6.568)	(110.265)
Provisão revertida (constituída)	(34.816)	(189)	(35.006)
Recuperação de receita	14.595	-	14.595
Baixa de contas a receber provisionadas	10.129	-	10.129
Saldo em 31/03/2017	(113.790)	(6.757)	(120.547)
Circulante	(104.530)	(6.757)	(111.287)
Não Circulante	(9.260)	-	(9.260)

Notas Explicativas**(7) TRIBUTOS A COMPENSAR**

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<u>Circulante</u>		
Antecipações de contribuição social - CSLL	-	3.268
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	-	15.724
Imposto de renda e contribuição social a compensar	22.805	3.704
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	20.418	18.614
ICMS a compensar	32.443	30.020
Programa de integração social - PIS	1.591	1.520
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	5.334	5.006
Instituto nacional de seguridade social - INSS	2.138	2.138
Outros	118	118
Total	<u>84.847</u>	<u>80.112</u>
<u>Não circulante</u>		
Contribuição social a compensar - CSLL	56.208	55.373
ICMS a compensar	51.243	47.419
Total	<u>107.451</u>	<u>102.791</u>

(8) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do período do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2016			Receita operacional		Resultado financeiro	Recebimento	Saldo em 31/03/2017		
	Diferido	Homologado	Total	Constituição	Realização	Atualização monetária	Via bandeira tarifária (nota 23.4)	Diferido	Homologado	Total
Parcela "A"										
CVA (*)										
CDE (**)	(210.831)	55.037	(155.794)	(70.822)	(60.786)	(4.532)	-	(287.245)	(4.690)	(291.935)
Custos energia elétrica	(361.310)	1.830	(359.479)	28.347	(2.203)	(14.637)	-	(347.512)	(460)	(347.972)
ESS e EER (***)	(206.372)	(31.223)	(237.594)	(147.554)	24.830	(6.634)	(28)	(359.996)	(6.986)	(366.981)
Proinfra	2.881	4.625	7.506	(7.061)	(4.063)	623	-	(3.658)	663	(2.995)
Rede básica	2.821	4.613	7.434	3.861	(4.106)	63	-	6.661	591	7.252
Repasse de Itaipu	67.626	223.255	290.881	1.962	(178.174)	6.930	-	71.495	50.104	121.599
Transporte de Itaipu	3.988	2.943	6.931	856	(2.271)	206	-	4.984	738	5.722
Neutralidade dos encargos setoriais	54.075	41.668	95.744	28.918	(38.661)	1.952	-	84.946	3.007	87.953
Sobrecontratação	112.026	(57.659)	54.366	(1.668)	53.499	3.443	(143)	113.658	(4.161)	109.497
Outros componentes financeiros	(65.328)	15.232	(50.096)	(2.807)	(14.133)	(1.913)	-	(70.049)	1.099	(68.949)
Total	<u>(600.424)</u>	<u>260.321</u>	<u>(340.101)</u>	<u>(165.970)</u>	<u>(226.069)</u>	<u>(14.499)</u>	<u>(171)</u>	<u>(786.716)</u>	<u>39.905</u>	<u>(746.809)</u>
Passivo circulante			(178.893)							(730.353)
Passivo não circulante			(161.210)							(16.458)

(*) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A"

(**) Conta de desenvolvimento energético

(***) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER")

Os detalhes sobre a natureza de cada ativo e passivo financeiro setorial estão descritos na nota 8 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Notas Explicativas

(9) CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

9.1 - Composição dos créditos fiscais:

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Crédito (Débito) de contribuição social		
Bases negativas	9.014	14.510
Benefício fiscal do ágio incorporado	49.341	50.497
Diferenças temporariamente indedutíveis	<u>26.722</u>	<u>16.995</u>
Subtotal	85.076	82.002
Crédito (Débito) de imposto de renda		
Prejuízos fiscais	25.272	40.637
Benefício fiscal do ágio incorporado	137.058	140.270
Diferenças temporariamente indedutíveis	<u>74.228</u>	<u>47.210</u>
Subtotal	236.558	228.118
Total	<u>321.635</u>	<u>310.120</u>

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis, benefício fiscal do ágio incorporado e bases negativas e prejuízos fiscais, cuja composição está descrita nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016 está baseada nas projeções de resultados futuros, aprovadas pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal da CPFL Energia.

9.2 - Benefício fiscal do ágio incorporado:

Refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o ágio de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos ágios incorporados que os originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização. No primeiro trimestre de 2017, a taxa anual de amortização aplicada foi de 3,0% (3,0% no primeiro trimestre de 2016).

9.3 - Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis:

	<u>31/03/2017</u>		<u>31/12/2016</u>	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente indedutíveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	16.973	47.148	17.008	47.243
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10.849	30.137	9.924	27.566
Provisão energia livre	6.165	17.126	6.014	16.706
Programas de P&D e eficiência energética	10.079	27.996	9.102	25.284
Provisão relacionada a pessoal	1.662	4.617	1.187	3.296
Derivativos	(20.940)	(58.166)	(29.018)	(80.607)
Registro da concessão - ajuste do intangível (CPC)	(2.724)	(7.565)	(2.787)	(7.743)
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro (CPC)	(45.885)	(127.460)	(44.027)	(122.298)
Perdas atuariais (CPC)	21.612	60.035	21.612	60.035
Instrumentos financeiros (CPC)	(1.527)	(4.243)	(2.552)	(7.088)
Outros	218	605	293	815
Diferenças temporariamente indedutíveis - resultado abrangente acumulado				
Perdas atuariais (CPC)	<u>30.240</u>	<u>84.000</u>	<u>30.240</u>	<u>84.000</u>
Total	<u>26.722</u>	<u>74.228</u>	<u>16.995</u>	<u>47.210</u>

Notas Explicativas

9.4 - Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos trimestres findos em 31 de março de 2017 e 2016:

	1º Trimestre 2017		1º Trimestre 2016	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	88.563	88.563	166.003	166.003
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Realização correção monetária complementar	487	-	602	-
Incentivos fiscais - PIIT (*)	(428)	(428)	-	-
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	18.342	18.342	17.606	17.606
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	1.367	(297)	1.209	(3.529)
Base de cálculo	108.331	106.180	185.421	180.081
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Total	(9.750)	(26.545)	(16.688)	(45.020)
Corrente	(12.824)	(34.986)	(25.859)	(70.510)
Diferido	3.074	8.441	9.171	25.490

(*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

(10) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Saldo em 31/12/2016	2.127.140
Adições	66.698
Ajuste de expectativa de fluxo de caixa	20.932
Baixas	(1.712)
Saldo em 31/03/2017	2.213.058

O saldo refere-se ao valor justo do ativo financeiro correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia de receber caixa via indenização no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao término da concessão.

Conforme modelo tarifário vigente, a remuneração deste ativo é reconhecida no resultado mediante faturamento aos consumidores e sua realização ocorre no momento do recebimento das contas de energia elétrica. Adicionalmente, a diferença para ajustar o saldo à expectativa de recebimento do fluxo de caixa, conforme valor justo (valor novo de reposição "VNR" – nota 4), é registrada como contrapartida na conta de receita operacional (nota 23), no resultado do período (R\$ 20.932 no primeiro trimestre de 2017 e R\$ 45.177 no primeiro trimestre de 2016).

(11) OUTROS CRÉDITOS

	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Adiantamentos - Fundação CESP	4.312	4.271	-	-
Adiantamentos - fornecedores	189	189	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	3.509	11.000	15.650	11.831
Ordens em curso	100.645	99.580	-	-
Serviços prestados a terceiros	4.126	2.853	-	-
Bens destinados a alienação	-	-	264	264
Despesas antecipadas	28.155	23.501	4.243	4.097
Contas a receber - Eletrobrás	93.483	79.691	-	-
Adiantamentos a funcionários	13.213	5.549	-	-
Outros	18.755	28.349	1.144	1.131
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 6)	(6.757)	(6.568)	-	-
Total	259.630	248.416	21.301	17.322

Contas a receber – Eletrobrás – Referem-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 10.062 (R\$ 8.334 em 31 de dezembro de 2016), (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 83.421 (R\$ 64.088 em 31 de dezembro de 2016) e iii) descontos tarifários - liminares no montante de R\$ 7.269 em 31 de dezembro de 2016 (nota 23.3).

Notas Explicativas

No primeiro trimestre de 2017, a Companhia efetuou o encontro de contas do contas a receber – Eletrobrás e do contas a pagar de CDE (nota 17) no montante de R\$ 31.753 (nota 23.3).

(12) INTANGÍVEL

	Direito de concessão		Outros ativos intangíveis	Total
	Infraestrutura de distribuição - em serviço	Infraestrutura de distribuição - em curso		
Saldo em 31/12/2016	1.815.478	237.007	2.465	2.054.951
Custo histórico	5.288.070	237.007	8.061	5.533.139
Amortização acumulada	(3.472.592)	-	(5.596)	(3.478.188)
Adições	-	138.832	-	138.832
Amortização	(56.266)	-	(90)	(56.356)
Transferência - intangíveis	62.956	(62.956)	-	-
Transferência - ativo financeiro	65	(66.763)	-	(66.698)
Baixa e transferência - outros ativos	(3.881)	-	-	(3.881)
Saldo em 31/03/2017	1.818.351	246.121	2.376	2.066.847
Custo histórico	5.329.169	246.121	8.061	5.583.351
Amortização acumulada	(3.510.818)	-	(5.685)	(3.516.504)

Os valores de amortização dos ativos intangíveis de infraestrutura de distribuição (nota 25) estão registrados na demonstração do resultado na rubrica de “amortização”.

Em conformidade com o CPC 20 (R1), os juros referentes aos empréstimos tomados pela Companhia para o financiamento das obras são capitalizados durante a fase de construção. No primeiro trimestre de 2017 foram capitalizados R\$ 1.800 (R\$ 1.078 no primeiro trimestre de 2016) a uma taxa de 7,50% a.a. (nota 26).

(13) FORNECEDORES

	31/03/2017	31/12/2016
Encargos de serviço do sistema	11.819	20.604
Suprimento de energia elétrica	639.207	838.549
Encargos de uso da rede elétrica	41.608	42.038
Materiais e serviços	105.632	215.939
Energia livre	98.065	95.178
Total	896.331	1.212.307

Notas Explicativas

(14) ENCARGOS DE DÍVIDAS, EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Remuneração a.a.	Condições de amortização	Garantias	31/03/2017			31/12/2016		
				Encargos - circulante e não	Principal		Encargos - circulante e não circulante	Principal	
					Circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante
Mensuradas ao custo									
Moeda nacional									
BNDES - Investimento									
FINEM V (a)	TJLP + 2,12% a 3,3%	72 Parcelas mensais a partir de fevereiro de 2012	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	106	28.516	-	137	34.099	2.842
FINEM V (b)	Pré fixado 8%	90 Parcelas mensais a partir de agosto de 2011	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	11	1.740	1.450	12	1.740	1.885
FINEM V (c)	Pré fixado 5,5%	96 Parcelas mensais a partir de fevereiro de 2013	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	69	7.533	21.345	73	7.533	23.228
FINEM VI (d)	TJLP + 2,06% a 3,08%	72 Parcelas mensais a partir de janeiro de 2014	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	503	49.988	87.479	547	49.812	99.624
FINEM VI (e)	Pré fixado 2,50%	96 Parcelas mensais a partir de dezembro de 2014	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	172	27.587	128.741	179	27.587	135.638
FINEM VI (f)	Pré fixado 2,50%	114 Parcelas mensais a partir de junho de 2013	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	9	1.504	7.017	10	1.504	7.393
FINEM VII (g)	Pré fixado 6,00%	96 Parcelas mensais a partir de abril de 2016	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	142	7.952	47.711	147	7.952	49.698
FINEM VII (h)	TJLP + 2,12% a 2,66%	72 Parcelas mensais a partir de abril de 2016	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	453	25.260	101.040	474	25.171	106.977
FINEM VII (i)	SELIC + 2,62% a 2,66%	72 Parcelas mensais a partir de abril de 2016	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	89	14.397	57.588	83	13.972	59.380
FINAME	Pré fixado 4,50%	96 Parcelas mensais a partir de janeiro de 2012	Aval da CPFL Energia	45	8.435	14.762	50	8.435	16.871
Instituições financeiras									
Banco do Brasil- Capital Giro (j)	104,9% do CDI	02 Parcelas anuais a partir de julho de 2017	Aval da CPFL Energia	142.520	62.500	187.500	130.403	62.500	187.500
Outros									
Eletrobras	RGR + 6% a 6,5%	Parcelas mensais a partir agosto de 2006	Recebíveis e notas promissórias	-	501	2.261	15	547	2.398
Total moeda nacional - mensuradas ao custo				144.120	235.914	656.893	132.132	240.852	693.434
Mensuradas ao valor justo									
Moeda estrangeira									
Instituições Financeiras									
Bank of America Merrill Lynch (**)	Libor 3 meses + 1,35% (1)	Parcela única em outubro de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória	1.585	-	312.470	1.593	-	325.910
Bank of America Merrill Lynch	US\$ + Libor 3 meses + 1,70% (2)	Parcela única em setembro de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória	45	-	140.612	44	-	146.660
Bank of America Merrill Lynch	US\$ + Libor 3 meses + 1,40% (6)	Parcela única em fevereiro de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória	1.458	468.705	-	1.469	-	488.865
Mizuho (k)	US\$ + Libor 3 meses + 1,55% (3)	03 Parcelas semestrais a partir de março de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória	70	78.117	156.235	52	-	244.433
Bank of Tokyo-Mitsubishi (l)	US\$ + Libor 3 meses + 0,80% (4)	04 Parcelas semestrais a partir de setembro de 2017	Aval da CPFL Energia e nota promissória	150	78.118	78.118	151	40.739	122.216
Bank of Tokyo-Mitsubishi (m)	US\$ + Libor 3 meses + 0,88% (11)	Parcela única em fevereiro de 2020	Aval da CPFL Energia e nota promissória	319	-	156.235	324	-	162.955
JP MORGAN	US\$ + 2,28% a 2,32% (5)	Parcela única em dezembro de 2017	Aval da CPFL Energia e nota promissória	870	124.988	-	158	130.364	-
JP MORGAN	US\$ + 2,36% a 2,39 (7)	Parcela única em janeiro de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória	586	109.365	-	1.314	-	114.069
JP MORGAN	US\$ + 2,74% (8)	Parcela única em janeiro de 2019	Aval da CPFL Energia e nota promissória	464	-	78.118	1.067	-	81.478
JP MORGAN	US\$ + 2,2% (9)	Parcela única em fevereiro de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória	132	46.871	-	424	-	48.887
BNP Paribas	EURO + 1,6350% (12)	Parcela única em janeiro de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória	235	67.100	-	529	-	68.134
HSBC Bank	US\$ + Libor 3 meses + 1,30% (10)	Parcela única em janeiro de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória	1.222	269.984	-	1.211	-	281.597
Operação sindicalizada (n) (**) - Bank of America Merrill Lynch, Citibank, HSBC e EDUC-Export Development Canada	Libor + 2,7% a.a. (13)	05 Parcelas semestrais a partir de maio de 2019	Aval da CPFL Energia e nota promissória	/82	-	208.313	830	-	217.2/3
Marcação a mercado				-	2.442	3.119	-	(1.659)	(16.979)
Total moeda estrangeira - mensuradas ao valor justo				7.916	1.245.689	1.133.219	9.166	169.444	2.285.496
Gastos com Captação (*)				-	(1.644)	(6.601)	-	(1.644)	(7.340)
Total				152.036	1.479.959	1.783.511	141.298	408.852	2.971.590

Swap convertendo o custo da operação de variação de moeda para variação da taxa de juros em reais, correspondendo a:

(1) 108% do CDI a.a. (2) 109,50% do CDI a.a. (3) 106,89% a 106,90% do CDI a.a. (4) 105,50% do CDI a.a. (5) 105,65% a 105,70% do CDI a.a. (6) 106,35% do CDI a.a. (7) 101,8% a 104,1% do CDI a.a. (8) 106,6% do CDI a.a. (9) 104% do CDI a.a. (10) 104,5% a 105,9% do CDI a.a. (11) 107,85% do CDI a.a. (12) 103,6% do CDI a.a. (13) 108,15% a 116% do CDI a.a.

- (a) Taxa efetiva: 60,70% a 68,82% do CDI
 (b) Taxa efetiva: 65,91% do CDI
 (c) Taxa efetiva: 45,68% do CDI
 (d) Taxa efetiva: 88,55% a 100,53% do CDI
 (e) Taxa efetiva: 30,35% do CDI
 (f) Taxa efetiva: 30,65% do CDI
 (g) Taxa efetiva: 48,29% a 48,39% do CDI
 (h) Taxa efetiva: 68,63% a 72,87% do CDI
 (i) Taxa efetiva: 121,32% a 121,64% do CDI
 (j) Taxa efetiva: 109,47% do CDI
 (k) Taxa efetiva: 108,49% do CDI
 (l) Taxa efetiva: 107,5% do CDI
 (m) Taxa efetiva: 110,44% do CDI
 (n) Taxa efetiva: 115,9% do CDI

(*) Conforme CPC 08, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas.

(**) Empréstimo financeiro em moeda estrangeira, tendo como contraparte um grupo de instituições financeiras.

(***) Alteração das condições do empréstimo no terceiro trimestre 2016 em decorrência do aditamento contratual.

Conforme segregado no quadro acima, a Companhia em consonância com os CPC's 38 e 39 classificou suas dívidas como (i) outros passivos financeiros (ou mensuradas ao custo amortizado), e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente. Em 31 de março de 2017, o saldo da dívida designada ao valor justo totalizava R\$ 2.386.824 (R\$ 2.464.106 em 31 de dezembro de 2016).

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia. Em 31 de março de 2017 as perdas acumuladas obtidas na marcação a mercado das referidas dívidas de R\$ 5.561 (ganho de R\$ 18.638 em 31 de dezembro de 2016), deduzidos dos ganhos obtidos com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 21.655 (ganhos de R\$ 10.524 em 31 de dezembro de 2016), contratados para proteção da variação cambial (nota 29), geraram um ganho líquido no total de R\$ 16.094 (ganho total de R\$ 29.162 em 31 de dezembro de 2016).

Notas Explicativas

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

Ano de vencimento

A partir de 01/04/2018	863.376
2019	420.502
2020	323.204
2021	118.875
2022	54.435
Subtotal	1.780.392
Marcação a mercado	3.119
Total	1.783.511

Condições restritivas:

Os contratos de empréstimos e financiamentos estão sujeitos a certas condições restritivas, contemplando cláusulas, que requerem da Companhia e sua controladora CPFL Energia a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. Adicionalmente, os referidos contratos contêm cláusulas restritivas não financeiras, as quais estão atendidas conforme o último período de apuração.

Os detalhes das condições restritivas para as demais dívidas estão apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas cujos indicadores sejam mensurados semestralmente e anualmente estão adequadamente atendidas conforme os últimos períodos de apuração, ou seja, 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2016, respectivamente.

(15) DEBÊNTURES E ENCARGOS DE DEBÊNTURES

	Quantidade em circulação	Remuneração a.a.	Taxa efetiva a.a.	Condições de amortização	Garantias	31/03/2017			31/12/2016				
						Encargos	Circulante	Não circulante	Total	Encargos	Circulante	Não circulante	Total
6ª Emissão	660	CDI + 0,8% (1)	CDI + 0,87%	03 Parcelas anuais a partir de julho de 2017 (***)	Fiança da CPFL Energia	4.332	-	264.000	268.332	47.079	198.000	462.000	707.079
7ª Emissão	50.500	CDI + 0,83% (1)	CDI + 0,89%	04 Parcelas anuais a partir de fevereiro de 2018	Fiança da CPFL Energia	9.361	126.250	378.750	514.361	28.913	-	505.000	533.913
Gastos com Emissão (*)						-	(334)	(1.302)	(1.636)		(334)	(1.440)	(1.774)
						<u>13.693</u>	<u>125.916</u>	<u>641.448</u>	<u>781.057</u>	<u>75.992</u>	<u>197.666</u>	<u>965.560</u>	<u>1.239.218</u>

(1) A companhia possui Swap convertendo o componente pré-fixado dos juros da operação para variação de taxa de juros em reais, correspondente a 107,85% a 108,05% do CDI.

(*) Conforme CPC 08, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas.

(**) Em fevereiro de 2017, houve antecipação dos pagamentos das parcelas de julho/2017 e julho/2018 para as debêntures de 6ª emissão.

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Ano de vencimento

2019	389.203
2020	126.031
2021	126.214
Total	641.448

Condições restritivas

As debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas que contemplam cláusulas que requerem da garantidora (controladora CPFL Energia) a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. Adicionalmente, os referidos contratos de debêntures contêm cláusulas restritivas não financeiras, as quais estão atendidas conforme o último período de apuração.

Notas Explicativas

Os detalhes das condições restritivas para as debêntures estão apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

A Administração da Companhia e da controladora CPFL Energia monitoram esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas cujos indicadores sejam mensurados semestralmente e anualmente estão adequadamente atendidas conforme os últimos períodos de apuração, ou seja, 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2016, respectivamente.

(16) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus empregados, cujas características estão descritas na nota 16 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

16.1 – Movimentações dos planos de benefício definido

As movimentações ocorridas no período, no passivo líquido são as seguintes:

Passivo atuarial líquido em 31/12/2016	800.445
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	21.125
Contribuições da patrocinadora vertidas no período	(15.822)
Passivo atuarial líquido em 31/03/2017	805.748
Outras contribuições	11.762
Total	817.510
Circulante	33.590
Não circulante	783.920

As despesas reconhecidas como custo da operação estão demonstradas abaixo:

	1º Trimestre 2017	1º Trimestre 2016
Custo do serviço	177	190
Juros sobre obrigações atuariais	119.153	114.662
Rendimento esperado dos ativos do plano	(98.205)	(101.790)
Total da despesa (receita)	21.125	13.062

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial, com base nos laudos atuariais preparados para as datas-base de 31 de dezembro de 2016 e 2015, foram:

	31/12/2016	31/12/2015
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	10,99% a.a.	12,67% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	10,99% a.a.	12,67% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	7,00% a.a.	6,79% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	5,00% a.a.	5,00% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para a determinação das taxas nominais acima):	5,00% a.a.	5,00% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT-2000 (-10)	AT-2000 (-10)
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light fraca	Light fraca
Taxa de rotatividade esperada:	ExpR_2012*	ExpR_2012*
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	100% na primeira elegibilidade a um benefício pelo Plano	100% na primeira elegibilidade a um benefício pelo Plano

* Experiência FUNCESP, agravada em 40%.

Notas Explicativas**(17) TAXAS REGULAMENTARES**

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	679	679
Conta de desenvolvimento energético - CDE (nota 23.5)	131.035	142.251
Bandeiras tarifárias e outros	16.888	25.792
Total	<u>148.602</u>	<u>168.721</u>

Conta de desenvolvimento energético – CDE – Referem-se: (i) a quota anual de CDE para o primeiro trimestre de 2017 no montante de R\$ 65.038 (R\$ 76.254 em 31 de dezembro de 2016), (ii) quota destinada à devolução do aporte de CDE do período de janeiro de 2013 a janeiro de 2014 no montante de R\$ 21.122 (R\$ 21.122 em 31 de dezembro de 2016) e (iii) quota destinada à devolução do aporte da Conta no Ambiente de Contratação Regulada (“conta ACR”) do período de fevereiro a dezembro de 2014, no montante de R\$ 44.875 (R\$ 44.875 em 31 de dezembro de 2016). No primeiro trimestre de 2017 a Companhia efetuou o encontro de contas do montante a pagar de CDE e o contas a receber – Eletrobrás (nota 11) no montante de R\$ 31.753.

(18) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	247.870	232.658
Programa de integração social - PIS	11.096	9.153
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	51.110	42.157
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	6.590	-
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	2.414	-
Outros	11.616	12.651
Total	<u>330.697</u>	<u>296.618</u>

(19) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	<u>31/03/2017</u>		<u>31/12/2016</u>	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	53.727	39.777	56.070	38.180
Cíveis	67.814	40.839	68.924	41.301
Fiscais				
FINSOCIAL	32.932	92.515	32.372	90.951
Imposto de renda	-	211.116	-	-
Outras	50.865	16.779	45.294	15.946
	<u>83.797</u>	<u>320.410</u>	<u>77.666</u>	<u>106.897</u>
Outros	5.862	-	8.418	-
Total	<u>211.200</u>	<u>401.026</u>	<u>211.079</u>	<u>186.378</u>

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, está demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

	Saldo em 31/12/2016	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/03/2017
Trabalhistas	56.070	12.268	(1.844)	(14.264)	1.498	53.727
Cíveis	68.924	6.972	(2.194)	(7.819)	1.930	67.814
Fiscais	77.666	4.876	(608)	-	1.863	83.797
Outros	8.418	-	(49)	(2.672)	165	5.862
Total	211.079	24.116	(4.694)	(24.755)	5.456	211.200

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

Os detalhes da natureza das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais estão apresentados na nota 19 nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Perdas possíveis: A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis, devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016 estavam assim representadas:

	31/03/2017	31/12/2016	Principais causas
Trabalhistas	238.969	253.297	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade, horas extras.
Cíveis	328.145	262.878	Danos pessoais e majoração tarifária.
Fiscais	1.521.669	1.492.272	Imposto de Renda, INSS, FINSOCIAL.
Regulatório	19.380	14.929	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira.
Total	2.108.163	2.023.376	

Fiscais – referem-se basicamente a discussões da dedutibilidade para Imposto de renda da despesa reconhecida no exercício de 1997 referente ao compromisso assumido relativo ao plano de pensão dos funcionários da Companhia perante a Fundação CESP no montante estimado de R\$ 1.156.907. Em janeiro de 2016, a Companhia obteve decisões judiciais que autorizaram a substituição dos depósitos judiciais relativos a este processo por garantias financeiras (carta de fiança e seguro garantia), cujos respectivos levantamentos em favor da Companhia ocorreram em 2016. Há recurso da Procuradoria da Fazenda Nacional em ambos os casos, sem efeito suspensivo, os quais aguardam julgamento pelo Tribunal Regional Federal. Paralelamente, em fevereiro de 2017, foi determinada a devolução do valor relativo aos juros que incidiram sobre um dos depósitos levantados. Assim, a Companhia efetuou depósito em juízo no valor de R\$ 206.874.

No tocante às contingências trabalhistas, a Companhia informa que, conforme descrito na nota 19 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016, há discussão a respeito da possibilidade de alteração do índice de correção adotado pela Justiça do Trabalho, sendo que o status da discussão não foi alterado desde então e o risco permanece como possível.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

Notas Explicativas**(20) OUTRAS CONTAS A PAGAR**

	Circulante		Não circulante	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Consumidores e concessionárias	29.597	31.355	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	133.483	125.382	27.257	26.465
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	39.904	20.793	5.290	22.831
EPE / FNDCT / PROCEL	7.871	5.901	-	-
Adiantamentos	4.784	4.676	722	793
Descontos tarifários - CDE	-	2.430	-	-
Juros sobre empréstimo compulsório	179	179	-	-
Folha de pagamento	7.348	5.558	-	-
Participação nos lucros	18.803	14.523	1.769	1.769
Convênios de arrecadação	36.150	33.630	-	-
Outros	5.274	5.535	-	-
Total	283.393	249.963	35.038	51.858

(21) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social da Companhia em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016 está assim distribuído:

Acionistas	Quantidade de ações			
	Ordinárias	Preferenciais "A", "B" e "C"	Total	%
CPFL Energia S/A	728.890.475	151.762.555	880.653.030	100,00
Ações em tesouraria	-	1	1	-
Total	728.890.475	151.762.556	880.653.031	100,00

Os detalhes dos itens incluídos no patrimônio líquido estão descritos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

(22) LUCRO POR AÇÃO**22.1 - Lucro por ação – básico e diluído**

O cálculo do lucro por ação básico e diluído para os trimestres findos em 31 de março de 2017 e 2016 foi baseado no lucro líquido do período e o número de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os períodos apresentados, conforme demonstrado:

	1º Trimestre 2017	1º Trimestre 2016
Numerador		
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas controladores	52.268	104.295
Denominador		
Ações em poder dos acionistas - ações ordinárias	728.890.475	728.890.475
Ações em poder dos acionistas - ações preferenciais	151.762.556	151.762.556
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária - R\$	0,06	0,12
Lucro líquido básico e diluído por ação preferencial - R\$	0,06	0,13

Nos trimestres findos em 31 de março de 2017 e 2016 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

Notas Explicativas

(23) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Nº de Consumidores (*)		GWh (*)		R\$ mil	
	1º Trimestre 2017	1º Trimestre 2016	1º Trimestre 2017	1º Trimestre 2016	1º Trimestre 2017	1º Trimestre 2016 (Reapresentado)
Receita de operações com energia elétrica						
Classe de consumidores						
Residencial	3.920.826	3.826.460	2.392	2.360	1.424.193	1.445.152
Industrial	29.942	31.038	688	884	393.765	514.065
Comercial	251.914	256.469	1.161	1.326	669.794	762.329
Rural	80.439	79.113	251	236	81.654	81.373
Poderes públicos	28.027	27.620	182	170	97.923	92.783
Iluminação pública	8.103	7.700	241	240	76.072	79.351
Serviço público	4.697	4.570	293	294	141.115	146.203
(-) Transferência da receita de ultrapassagem e excedente de reativos	-	-	-	-	(13.481)	(14.080)
Fornecimento faturado	4.323.948	4.232.970	5.208	5.511	2.871.034	3.107.175
Consumo próprio	451	446	5	5	-	-
Fornecimento não faturado (líquido)	-	-	-	-	(1.935)	21.378
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	-	-	-	-	(1.094.764)	(1.147.344)
Fornecimento de energia elétrica	4.324.399	4.233.416	5.213	5.516	1.774.335	1.981.209
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas			22	15	2.639	2.444
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo			-	-	(1.247)	(847)
Energia elétrica de curto prazo			551	97	100.064	47.279
Suprimento de energia elétrica			573	112	101.456	48.876
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo					1.096.010	1.140.191
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre					279.912	256.065
(-) Transferência da receita de ultrapassagem e excedente de reativos					(4.860)	(3.526)
Receita de construção da infraestrutura de concessão					149.943	109.642
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 8)					(392.038)	(300.406)
Atualização do ativo financeiro da concessão (nota 10)					20.647	41.852
Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares					147.382	109.033
Outras receitas e rendas					33.580	35.351
Outras receitas operacionais					1.330.576	1.396.202
Total da receita operacional bruta					3.206.368	3.426.287
Deduções da receita operacional						
ICMS					(592.492)	(640.090)
PIS					(50.238)	(54.625)
COFINS					(231.401)	(251.607)
ISS					(90)	(97)
Conta de desenvolvimento energético - CDE					(384.779)	(452.021)
Programa de P & D e eficiência energética					(17.179)	(16.526)
PROINFRA					(19.018)	(10.301)
Bandeiras tarifárias e outros					(16.907)	(191.282)
Outros					(2.036)	(1.956)
					(1.314.141)	(1.618.505)
Receita operacional líquida					1.892.227	1.807.782

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

23.1 - Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos

As informações referentes à contabilização e histórico estão descritas na nota 23.1 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

23.2 - Reajuste Tarifário Anual (“RTA”) e Revisão Tarifária Extraordinária (“RTE”).

Em 5 de abril de 2016, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória (“REH”) nº 2.056, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, com vigência a partir de 8 de abril de 2016, em 9,89%, sendo negativo 0,29% referentes ao reajuste tarifário econômico e 10,17% relativos aos componentes financeiros pertinentes. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de 7,55% (conforme divulgado na REH).

Em 7 de abril de 2015, a ANEEL publicou a REH nº 1.871, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, com vigência a partir de 08 de abril de 2015, em 41,45%, sendo 37,31% referentes ao reajuste tarifário econômico e 4,14% relativos aos componentes financeiros pertinentes. Esses percentuais foram apurados comparando-se com a base econômica do Reajuste Tarifário Anual – RTA de abril 2014. Ao comparar com a Revisão Tarifária Extraordinária – RTE de março de 2015, o efeito médio total a ser percebido pelos consumidores foi de 4,67% (conforme divulgado na REH).

Em 27 de fevereiro de 2015, a ANEEL publicou a REH nº 1.858, que fixou a Revisão Tarifária Extraordinária – RTE, com o objetivo de reestabelecer a cobertura tarifária das distribuidoras de energia elétrica frente ao significativo aumento da quota CDE de 2015 e do custo de compra de energia (tarifa e variação cambial de Itaipu e de leilões de energia existente e ajuste). O efeito médio percebido pelo consumidor da área de concessão da Companhia foi de: 40,05% no grupo A, 27,27% no grupo B, total de 32,28% (conforme divulgado na REH). As tarifas resultantes desta RTE estiveram vigentes de 2 de março de 2015 até 07 de abril de 2015.

Notas Explicativas

23.3 – Aporte CDE – baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares

Todos os detalhes referente ao aporte de CDE estão detalhados nas notas 23.3 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

No primeiro trimestre de 2017, foi registrada receita de R\$ 147.382 (R\$ 109.033 no primeiro trimestre de 2016), sendo (i) R\$ 12.898 (R\$ 12.872 no primeiro trimestre de 2016) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 102.415 (R\$ 96.161 no primeiro trimestre de 2016) referentes a outros descontos tarifários e (iii) R\$ 32.069 de desconto tarifário – liminares em contrapartida na rubrica contas a receber – Eletrobrás (nota 11).

23.4 – Bandeiras tarifárias

O sistema de aplicação das Bandeiras Tarifárias está descrito na nota 23.4 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

No primeiro trimestre de 2017, foram homologados pela ANEEL, os meses de dezembro de 2016 e janeiro de 2017. A bandeira faturada neste período foi de R\$ 13.179, o valor repassado pela Companhia à CCRBT foi de R\$ 13.008 resultando R\$ 171 que foram utilizados para compensar parte do ativo financeiro setorial (nota 8). A bandeira tarifária dos meses de fevereiro e março de 2017, no montante de R\$ 16.881 continuam em aberto e estão registrados no passivo - taxas regulamentares (nota 17).

23.5 – Conta de desenvolvimento energético – CDE

A ANEEL, por meio das REH nº 2.202, de 7 de fevereiro de 2017, alterada pela REH nº 2.204 de 07 de março de 2017, estabeleceu as quotas anuais definitivas da CDE vigentes do ano de 2017. Essas quotas contemplam: (i) quota anual da conta CDE – USO; e (ii) quota CDE – Energia, referente a parte dos aportes CDE recebidos pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica no período de janeiro de 2013 a janeiro de 2014, que deverá ser recolhida dos consumidores e repassada à Conta CDE em até cinco anos a partir da RTE de 2015. Adicionalmente, por meio da REH nº 2004, de 15 de dezembro de 2015, a ANEEL estabeleceu mais uma quota destinada à amortização da Conta ACR, com recolhimento e repasse à Conta CDE para o período tarifário de outubro de 2016 a setembro de 2017.

(24) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	GWh (*)		R\$ mil	
	1º Trimestre 2017	1º Trimestre 2016	1º Trimestre 2017	1º Trimestre 2016
<u>Energia comprada para revenda</u>				
Energia de Itaipu Binacional	1.311	1.324	250.943	287.783
Energia de curto prazo	-	113	-	(50.562)
PROINFA	121	123	34.011	51.602
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais	5.447	5.081	1.012.793	810.515
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(120.042)	(101.689)
Subtotal	6.879	6.641	1.177.705	997.649
<u>Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição</u>				
Encargos da rede básica			93.771	94.794
Encargos de transporte de itaipu			6.716	6.577
Encargos de conexão			5.325	4.563
Encargos de uso do sistema de distribuição			3.779	3.671
Encargos de serviço do sistema - ESS			(40.309)	72.161
Encargos de energia de reserva - EER			-	16.255
Crédito de PIS e COFINS			(6.409)	(18.317)
Subtotal			62.873	179.705
Total			1.240.578	1.177.354

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

(25) CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Custo de operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Vendas		Despesas Operacionais				Total	
	1º Trimestre 2017	1º Trimestre 2016	1º Trimestre 2017	1º Trimestre 2016	1º Trimestre 2017	1º Trimestre 2016	Gerais e administrativas		Outros		1º Trimestre 2017	1º Trimestre 2016
							1º Trimestre 2017	1º Trimestre 2016	1º Trimestre 2017	1º Trimestre 2016		
Pessoal	67.089	62.978	-	-	12.789	11.901	16.935	14.721	-	-	96.813	89.600
Entidade de previdência privada	21.125	13.062	-	-	-	-	-	-	-	-	21.125	13.062
Material	14.180	14.282	96	67	416	316	1.566	1.114	-	-	16.258	15.779
Serviços de terceiros	24.803	21.832	369	228	29.826	25.740	30.927	25.397	-	-	85.924	73.197
Amortização	47.436	44.009	-	-	240	189	8.532	8.173	-	-	56.209	52.370
Custos com construção da infraestrutura	-	-	149.943	109.642	-	-	-	-	-	-	149.943	109.642
Outros	7.320	5.944	(1)	(1)	29.663	33.165	24.633	30.967	2.597	211	64.211	70.285
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	9.128	8.855	-	-	-	-	9.128	8.855
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	20.411	24.209	-	-	-	-	20.411	24.209
Arrendamentos e alugueis	-	-	-	-	-	-	626	572	-	-	626	572
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	1.094	1.107	-	-	1.094	1.107
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	19.076	26.972	-	-	19.076	26.972
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	323	-	-	-	323	-
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	1.350	-	-	-	-	-	-	-	2.627	218	3.977	218
Outros	5.970	5.944	(1)	(1)	124	100	3.515	2.316	(30)	(7)	9.578	8.352
Total	181.953	162.108	150.408	109.936	72.934	71.310	82.592	80.371	2.596	210	490.483	423.935

(26) RESULTADO FINANCEIRO

	1º Trimestre 2017	1º Trimestre 2016 (Reapresentado)
Receitas		
Rendas de aplicações financeiras	41.294	51.090
Acréscimos e multas moratórias	32.850	30.721
Atualização de créditos fiscais	835	346
Atualização de depósitos judiciais	7.333	3.347
Atualizações monetárias e cambiais	7.975	11.818
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	2.134	5.754
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 8)	-	26.153
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(4.875)	(9.966)
Outros	3.306	5.780
Total	90.853	125.043
Despesas		
Encargos de dívidas	(68.638)	(88.828)
Atualizações monetárias e cambiais	(67.076)	(60.924)
(-) Juros capitalizados	1.800	1.078
Atualizações de passivo financeiro setorial (nota 8)	(14.499)	-
Outros	(15.043)	(16.858)
Total	(163.455)	(165.532)
Resultado financeiro	(72.602)	(40.489)

Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 7,50% a.a. no primeiro trimestre de 2017 e 2016 sobre os ativos intangíveis qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1).

As rubricas de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos líquidos das perdas com instrumentos derivativos no montante de R\$ 139.928 no primeiro trimestre de 2017 (perda líquida de R\$ 248.265 no primeiro trimestre de 2016) (nota 29).

(27) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controlador a CPFL Energia, que tem como acionistas controladores as seguintes Companhias:

- State Grid Brazil Power Participações Ltda

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações Ltda.

Notas Explicativas

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influências significativas sobre a Companhia.

As principais naturezas e transações estão descritas na nota 27 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Para zelar para que as operações comerciais com partes relacionadas sejam realizadas em condições usuais de mercado, a controladora CPFL Energia possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por representantes dos acionistas controladores, da controladora e por um membro independente, que analisa as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Companhia pagou em janeiro de 2017 faturas renegociadas de compra de energia com a CERAN, Campos Novos, Foz Chapecó, BAESA e CPFL Geração, que tinham vencimento original de julho a dezembro de 2016.

A remuneração total do pessoal-chave da administração no primeiro trimestre de 2017, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560/2008 foi de R\$ 2.415 (R\$ 1.137 no primeiro trimestre de 2016). Este valor é composto por R\$ 2.370 (R\$ 1.101 no primeiro trimestre de 2016) referente a benefícios de curto prazo, R\$ 46 (R\$ 36 no primeiro trimestre de 2016) de benefícios pós-emprego e referem-se a valores registrados pelo regime de competência.

Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia, entidades sob o controle comum ou influência significativa, são como seguem:

Empresas	Passivo	Despesa/custo
	31/03/2017	1º Trimestre 2017
Araraquara Transmissora de Energia S.A	-	138
Atlântico - Concessionária de Transmissão de Energia Do Brasil S.A.	-	27
Catxere Transmissora de Energia S.A.	-	321
Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.	-	1.034
Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.	-	429
Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.	54	502
Iracema Transmissora de Energia S.A.	-	133
Itumbiara Transmissora de Energia S.A.	-	1.170
Linha de Transmissão de Montes Claros S.A.	16	148
Linha de Transmissão do Itatim S.A.	-	283
Iuziania Niquelandia Transmissora S.A.	-	24
Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.	61	561
Matrincha Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.	122	978
Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.	-	219
Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.	-	455
Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A.	-	174
Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.	-	707
Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.	-	203

Notas Explicativas

	Ativo	Passivo	Receita	Despesa/custo
Empresas	31/12/2016	31/12/2016	1º Trimestre 2016	1º Trimestre 2016
Saldo bancário e aplicação financeira				
Banco do Brasil S.A.	4.985	-	3	-
Banco Bradesco S.A.	-	-	22.587	136
Empréstimos e Financiamentos (*), Debêntures (*) e Derivativos (*)				
Banco do Brasil S.A.	-	914.316	-	29.053
Banco BNP Paribas Brasil S.A.	1.367	-	-	4.169
Outras operações financeiras				
Banco do Brasil S.A.	-	-	-	801
Banco Bradesco S.A.	-	-	71	1.901
Intangível, materiais e prestação de serviço				
Brasileículos Companhia de Seguros	-	-	1	-
Cia. de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESPREV	2	7	1	-
Companhia Brasileira de Soluções e Serviços CBSS - Alelo	-	-	-	513
Indústrias Romi S.A.	4	-	13	-
Juá Participações e Investimentos Ltda.	-	2	-	-
Mapfre Seguros Gerais S.A.	-	-	1	-
Tim Celular S.A.	-	87	-	-
TOTVS S.A.	-	1	-	6
Compra e venda de energia e encargos				
Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A.	-	15	-	129
Aliança Geração de Energia S.A.	-	854	-	9.180
Baguari I Geração de Energia Elétrica S.A.	-	-	-	1
Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A.	-	886	-	8.309
Energética Águas da Pedra S.A.	-	112	-	1.199
Norte Energia S.A.	-	2.672	-	-
Rio PCH I S.A.	-	164	-	1.761
SE Naranjinha S.A.	-	-	-	16
Serra do Facão Energia S.A. - SEFAC	-	247	-	2.593
ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico	-	-	-	1.627

(*) Incluem os ajustes de marcação a mercado

Notas Explicativas

Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia S.A, são como seguem:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/custo	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016	1º Trimestre 2017	1º Trimestre 2016	1º Trimestre 2017	1º Trimestre 2016
Alocação de despesas entre empresas								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	242	209	77	13	-	-	(758)	(591)
CPFL Brasil Varejista S.A.	-	-	-	-	-	-	(1)	-
Companhia Piratininga de Força e Luz	579	533	559	537	-	-	(102)	(298)
Companhia Luz e Força Santa Cruz	60	55	-	3	-	-	(204)	(189)
Companhia Leste Paulista de Energia	17	16	-	-	-	-	(59)	(54)
Companhia Sul Paulista de Energia	23	21	-	2	-	-	(77)	(71)
Companhia Jaguari de Energia	18	16	27	21	-	-	23	17
Companhia Luz e Força de Mococa	12	11	-	-	-	-	(39)	(37)
Rio Grande Energia S.A.	388	349	21	16	-	-	(1.230)	(1.179)
CPFL Geração de Energia S.A.	199	204	46	39	-	-	(687)	(531)
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	-	-	-	2	-	-	-	-
CPFL Energia S.A.	186	184	-	-	-	-	(707)	(568)
CPFL Renováveis - Consolidado	40	30	-	-	-	-	-	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	95	85	52	-	-	-	(271)	(238)
Nect Serviços Administrativos Ltda.	14	12	17	-	-	-	-	-
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	-	-	-	-	-	-	(6)	(4)
CPFL Telecom S.A.	-	-	-	-	-	-	(2)	(1)
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	-	-	-	-	-	(1)	-
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	42	-	117	-	-	-	-	-
Arrendamento e aluguel								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	-	-	58	61	-	-
CPFL Brasil Varejista S.A.	-	-	-	-	2	2	-	-
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	-	-	-	210	220	-	-
Companhia Luz e Força Santa Cruz	-	-	-	-	4	4	-	-
Companhia Sul Paulista de Energia	-	-	-	-	1	1	-	-
Companhia Jaguari de Energia	-	-	-	-	2	2	-	-
Companhia Luz e Força de Mococa	-	-	-	-	1	1	-	-
Rio Grande Energia S.A.	-	-	-	-	12	13	-	-
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	-	-	56	59	-	-
CPFL Energia S.A.	-	-	-	-	1	1	-	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	-	-	-	-	-	63	-	-
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	-	-	-	-	64	78	-	-
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	-	-	-	-	11	12	-	-
CPFL Telecom S.A.	-	99	-	-	320	290	-	-
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	-	-	-	2	2	-	-
Intangível, materiais e prestação de serviço								
Companhia Luz e Força Santa Cruz	-	-	-	2	-	-	-	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	16.154	58.049	5.077	3.685	-	-	6.068	3.636
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	-	-	2.021	2.380	-	-	6.681	5.537
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	-	1.012	1.565	-	-	3.876	3.094
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	865
CPFL Telecom S.A.	-	-	32	-	109	-	-	-
CPFL Eficiência Energética S.A.	18	-	-	-	-	-	173	-
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	1.957	10.130	-	-	5.819	3.975
CPFL Transmissão Piracicaba S.A.	-	-	-	-	13	-	-	-
Compra e venda de energia e encargos								
Companhia Piratininga de Força e Luz	1.130	1.127	-	-	3.375	3.593	-	-
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	11.076	69.908	-	-	32.090	29.481
Paulista Lajeado Energia S.A.	-	-	19	25	-	-	55	49
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	-	-	9.618	6.833	-	1	21.492	14.188
CPFL Centrais Geradoras Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	(9)
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	-	-	307	312	-	-	685	848
Campos Novos Energia S.A.	-	-	32.820	123.015	-	-	50.065	44.668
CERAN-Companhia Energética Rio das Antas	-	-	8.786	44.964	-	-	25.508	23.120
Foz do Chapecó Energia S.A.	-	-	22.725	22.776	-	-	64.230	58.124
CPFL Renováveis - Consolidado	685	689	652	696	1.170	1.018	1.539	1.582
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	-	162	-	-	-	-	-
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	-	244	-	-	-	-
CPFL Transmissão Piracicaba S.A.	-	4	263	263	-	-	2.310	1.927

Notas Explicativas

(28) GESTÃO DE RISCOS

A estrutura do gerenciamento de risco e os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios da Companhia estão divulgados na nota explicativa nº 29 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

(29) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

	Nota Explicativa	Categoria	Mensuração	Nível(*)	31/03/2017	
					Contábil	Valor Justo
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	(2)	Nível 1	1.206.663	1.206.663
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	(2)	Nível 2	159.076	159.076
Derivativos	29	(a)	(2)	Nível 2	299.370	299.370
Ativo financeiro da concessão	10	(b)	(2)	Nível 3	2.213.058	2.213.058
					3.878.167	3.878.167
Passivo						
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	14	(c)	(1)	Nível 2 (***)	1.033.622	950.891
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	14 (**)	(a)	(2)	Nível 2	2.381.884	2.381.884
Debêntures - principal e encargos	15	(c)	(1)	Nível 2 (***)	781.057	779.336
Derivativos	29	(a)	(2)	Nível 2	44.171	44.171
					4.240.734	4.156.282

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou uma perda de R\$ 24.198 no 1º Trimestre 2017 (uma perda de R\$ 58.643 no 1º Trimestre 2016).

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1)

Legenda

Categoria:

- (a) - Valor justo contra o resultado
- (b) - Disponível para venda
- (c) - Outros passivos financeiros

Mensuração:

- (1) - Mensurado ao custo amortizado
- (2) - Mensurado ao valor justo

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas informações contábeis intermediárias, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias; (ii) contas a receber – Eletrobrás; (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados; (iv) serviços prestados a terceiros; (v) convênios de arrecadação; e (vi) ativo financeiro setorial.
- Passivos financeiros: (i) fornecedores; (ii) taxas regulamentares; (iii) consumidores e concessionárias a pagar; (iv) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT; (v) Empresa de Pesquisa Energética – EPE; (vi) Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL; (vii) convênios de arrecadação; (viii) descontos tarifários – CDE e (ix) passivo financeiro setorial.

Adicionalmente, não houve no primeiro trimestre de 2017 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Notas Explicativas

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Em função da Companhia ter classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como disponível para venda, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos no resultado no primeiro trimestre 2017 são de R\$ 20.932 (ganho de R\$ 45.177 no primeiro trimestre de 2016), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota 10.

b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge*) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. A Companhia possui *hedge* cambial em volume compatível com a exposição cambial líquida, incluindo todos os ativos e passivos atrelados à variação cambial.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 14). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de março de 2017 a Companhia detinha as seguintes operações de swap, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia / Empresa / Contrapartes	Valores de mercado (contábil)				Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador	Vencimento final	Nacional
	Ativo	Passivo	Valores justos, líquidos	Valores a custo, líquidos				
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo								
Hedge variação cambial								
Banco Tokyo Mitsubishi	38.449	-	38.449	38.216	233	dólar	mar/19	117.400
Bank of America Merrill Lynch	36.610	-	36.610	34.433	2.177	dólar	set/18	106.020
Bank of America Merrill Lynch	41.475	-	41.475	39.462	2.013	dólar	mar/19	116.600
J.P. Morgan	20.737	-	20.737	19.731	1.006	dólar	mar/19	58.300
J.P. Morgan	9.431	-	9.431	9.368	62	dólar	dez/17	51.470
J.P. Morgan	7.978	-	7.978	7.909	69	dólar	dez/17	53.100
J.P. Morgan	3.628	-	3.628	3.553	76	dólar	jan/18	27.121
Bradesco	7.598	-	7.598	7.150	448	dólar	jan/18	54.214
Bradesco	32.872	-	32.872	31.069	1.804	dólar	jan/18	173.459
J.P. Morgan	9.112	-	9.112	8.792	320	dólar	jan/18	67.938
J.P. Morgan	9.578	-	9.578	9.200	378	dólar	jan/19	67.613
BNP Paribas	2.485	-	2.485	1.814	672	dólar	jan/18	63.896
Banco Tokyo Mitsubishi	10.227	-	10.227	12.027	(1.800)	dólar	fev/20	142.735
J.P. Morgan	5.342	-	5.342	5.290	52	dólar	fev/18	41.100
Bank of America Merrill Lynch	63.054	-	63.054	58.712	4.342	dólar	fev/18	405.300
Bank of America Merrill Lynch	-	(21.401)	(21.401)	(24.126)	2.725	dólar	out/18	329.500
Bradesco	-	(5.999)	(5.999)	(7.475)	1.476	dólar	mai/21	59.032
Bank of America Merrill Lynch	-	(5.487)	(5.487)	(7.453)	1.965	dólar	mai/21	59.032
Citibank	-	(5.725)	(5.725)	(7.463)	1.738	dólar	mai/21	59.032
Citibank	-	(5.559)	(5.559)	(7.458)	1.899	dólar	mai/21	59.032
	298.575	(44.171)	254.404	232.749	21.655			
Hedge variação de taxa de juros (1):								
J.P. Morgan	455	-	455	(51)	506			
Votorantim	165	-	165	(16)	181			
Santander	175	-	175	(17)	192			
Subtotal	795	-	795	(84)	878			
Total	299.370	(44.171)	255.199	232.666	22.533			
Circulante	141.499	-						
Não circulante	157.871	44.255						

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 14 e 15.

(1) Os *swaps* para *hedge* de taxa de juros possuem validade semestral, assim o valor nacional reduz-se conforme ocorre amortização da dívida.

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado a dívida para qual possui instrumentos de derivativos totalmente atrelados (nota 14).

Notas Explicativas

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para o primeiro trimestre de 2017 e 2016, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais:

Risco protegido / operação	Ganho (Perda)	
	1º Trimestre 2017	1º Trimestre 2016
Varição de taxas de juros	(157)	770
Varição cambial	(152.589)	(298.086)
Marcação a mercado	12.818	49.051
	(139.928)	(248.265)

c) Análise de sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM nº 475/2008, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um conseqüente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, euro, CDI, IPCA, SELIC e TJLP), conforme demonstrado:

c.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de março de 2017 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Redução (aumento)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%(c)	Apreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(2.319.490)		(166.797)	454.775	1.076.347
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	2.356.508		169.459	(462.033)	(1.093.525)
	37.018	baixa dolar	2.662	(7.258)	(17.178)
Instrumentos financeiros passivos	(67.334)		(5.841)	12.453	30.746
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	68.215		5.918	(12.616)	(31.149)
	881	baixa euro	77	(163)	(403)
Total	37.899		2.739	(7.421)	(17.581)

(a) A taxa de cambio considerada em 31.03.2017 foi de R\$ 3,12 para o dólar e R\$ 3,35 para o euro.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela BM&FBOVESPA, sendo a taxa de cambio considerada R\$ 3,35 e R\$ 3,64, e a depreciação cambial de 7,19% e 8,67%, do dólar e do euro respectivamente.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela BM&FBOVESPA.

Em função da exposição cambial líquida do dólar e do euro ser um ativo, o risco é baixa do dólar e do euro e portanto o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

c.2) Variação das taxas de juros

Supondo: (i) que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de março de 2017 fosse mantido, e (ii) que os respectivos indexadores anuais acumulados nos últimos 12 meses para esta data base, permaneçam estáveis (CDI 12,13% a.a.; TJLP 7,50% a.a., IPCA 4,57% a.a, e SELIC 13,86% a.a.), os efeitos que seriam registrados nas informações contábeis intermediárias para os próximos 12 meses seria uma despesa financeira líquida de R\$ 262.016 (despesas de CDI R\$ 227.654, TJLP R\$ 22.001, SELIC R\$ 113.498 e receita IPCA R\$ 101.137). Caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o valor da despesa financeira líquida seria impactado em:

Notas Explicativas

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Cenário I (a)	Redução (aumento)	
				Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	1.467.950		(39.047)	(4.294)	30.460
Instrumentos financeiros passivos	(1.175.213)		31.261	3.437	(24.386)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(2.169.525)		57.709	6.346	(45.018)
	(1.876.788)	alta CDI	49.923	5.489	(38.944)
Instrumentos financeiros passivos	(293.344)	alta TJLP	1.467	(3.667)	(8.800)
Ativo financeiro da concessão	2.213.058	baixa IPCA	(8.410)	(31.591)	(54.773)
Ativos e passivos financeiros setoriais	(746.811)		31.217	13.144	(4.929)
Instrumentos financeiros passivos	(72.075)		3.013	1.269	(476)
	(818.886)	alta SELIC	34.230	14.413	(5.405)
Total	(775.960)		77.210	(15.356)	(107.922)

(a) Os índices de CDI, TJLP, IPCA e SELIC considerados de: 9,47%, 7,00%, 4,19% e 9,68% respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário I.

(30) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

A Companhia possuía no primeiro trimestre de 2017, um valor de R\$ 1.800 (R\$ 1.078 no primeiro trimestre de 2016) referente a juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição.

(31) EVENTO SUBSEQUENTE

31.1 – Ajuste para reversão do Encargo de Energia de Reserva (“EER”) de Angra III

A ANEEL aprovou por meio da Resolução Homologatória nº 2.214, de 28 de março de 2017 a republicação das Tarifas de Energia – TE e Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição – TUSD, com o objetivo de devolução da previsão do EER da central geradora UTN Almirante Álvaro Alberto – Unidade III (Angra III). O efeito médio percebido pelos consumidores será negativo de -15,28% (conforme divulgado pela própria ANEEL). As tarifas resultantes desta reversão serão vigentes somente no mês de abril de 2017, no entanto, como o período de leitura do faturamento de cada unidade consumidora não coincide como mês civil, essa redução se dará na receita faturada de abril e maio de 2017, tendo seu impacto diluído entre os dois períodos.

31.2 - Reajuste Tarifário Anual

Em 04 de abril de 2017, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 2.217, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, com vigência a partir de 08 de abril de 2017, em -0,80%, sendo 2,13% referentes ao reajuste tarifário econômico e -2,93% relativos aos componentes financeiros pertinentes. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de -10,50%.

31.3 - Aumento de Capital

Através da AGO/E de 4 de abril de 2017, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 17.475, referente capitalização do benefício fiscal do ágio apurado em 2016 sem emissão de novas ações.

31.4 - Distribuição de Dividendo

Na AGO/E de 4 de abril de 2017 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2016, através de (i) declaração de dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 163.210; (ii) dividendo adicional proposto no montante de R\$ 2.228.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Companhia Paulista de Força e Luz

Revisão das Informações Trimestrais - ITR do Primeiro Trimestre de 2017

KPMG Auditores Independentes

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais-ITR

Aos Conselheiros e Diretores da

Companhia Paulista de Força e Luz

Campinas - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Paulista de Força e Luz ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 13 de março de 2017 sem modificação. As demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2016, apresentadas para fins de comparação, ora reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na nota explicativa 2.6, foram revisadas por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 04 de maio de 2017, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às Demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2016, foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levasse a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 04 de maio de 2017

KPMG Auditores Independentes

Marcio José dos Santos

CRC 2SP014428/O-6

Contador

CRC 1SP252906/O-0